

Aconteceu

Cólera chegou ao Brasil para ficar

A epidemia de cólera que se alastra no Peru desde o fim de janeiro chegou ao Brasil. Os primeiros casos foram detectados entre 12 e 14 de abril na cidade de Tabatinga (AM), na divisa com a Colômbia. Segundo o Ministério da Saúde e os técnicos da Organização Pan-americana de Saúde será impossível impedir que a epidemia agora chegue a Manaus e, daí, se espalhe em todo o país. Segundo os primeiros cálculos, 2% da população brasileira — 3 milhões de pessoas — poderá ser infectada, causando pelo menos dois mil mortos. Mais grave ainda, não existem hoje as condições para impedir que a cólera se torne mais uma doença endêmica — ou seja, presente constantemente no país — como já aconteceu com a dengue hemorrágica, a malária e a febre amarela. Situação parecida está se verificando em outros países latino-americanos, como Colômbia, Equador e Bolívia. A causa está na falta de saneamento básico e de assistência sanitária eficiente. (página 5)

O avanço da desertificação

- Região das formações degradadas, que pode vir a se constituir no deserto central brasileiro
- Áreas em processo de desertificação

Avança desertificação no Brasil. (página 5)

Popularidade de Collor continua caindo

A popularidade do presidente Collor e do seu governo continua caindo. Segundo recente pesquisa encomendada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, 81% dos paulistanos não acreditam mais no governo e cerca de 62% consideram que sua situação piorou depois do Plano Collor 2. Em maio do ano passado, 55% da população apoiava o primeiro plano econômico. O desgaste da imagem pública do presidente é fruto do repetido fracasso das medidas econômicas tomadas ao longo dos primeiros 13 meses de governo. Os brasileiros estão hoje preocupados em relação ao desemprego e à saúde. (página 2)

Metalúrgicos do ABC entraram em greve

Os metalúrgicos do chamado ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema) entraram em greve por tempo indeterminado. É a primeira greve geral da categoria desde o início do governo Collor. Com data-base em primeiro de abril, os metalúrgicos reivindicam um reajuste de 216%. A contraposta de 89,75% feita pelos empresários foi rejeitada, apesar de ser 52% superior ao previsto pela política salarial do governo. A estratégia de paralisação vai desde "o efeito dominó" até paradas seletivas de setores chaves das empresas. (página 12)

Dom Luciano reeleito presidente da CNBB

O arcebispo de Mariana (MG), dom Luciano Mendes de Almeida, foi reeleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), durante a 29ª Assembléia Nacional dos Bispos da entidade.

Para a eleição de d. Luciano foram necessários três escrutínios.

A vantagem final sobre outro candidato, o arcebispo conservador de Salvador (BA) d. Lucas Moreira Neves foi de apenas 55 votos (160 a 105). Vice-presidente foi eleito d. Serafim Fernandes de Araújo, bispo de Belo Horizonte (MG), considerado conservador. Os cargos têm quatro anos de mandato. (página 8)

Engatinha o inquérito sobre Previdência

Na primeira medida prática em consequência do escândalo das fraudes na Previdência, o secretário da Administração, João Santana, assinou sete atos normativos que modificam os sistemas de recolhimento de contribuições e pagamento das aposentadorias. As principais modificações são:

— O Instituto Nacional de Seguridade Social deve regularizar até o dia 31 de maio a expedição de Avi-

so de Concessão de Benefícios para os aposentados;

— Foram extintos os Recibos de Pagamento de Benefícios (RPB) e os Ordens de Pagamento de Benefícios (OPB). Todos os pagamentos devem ser feitos pela folha da Dataprev;

— No futuro, os benefícios da Previdência serão pagos na rede bancária através de cartão magnético.

As investigações sobre as fraudes

até agora engatinham, apesar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) possuir uma lista de 1500 empresas que teriam fraudado o INSS de '87 a '89. A principal vítima das investigações foi o ministro Antônio Magri, cujas funções foram de fato assumidas pela ministra Zélia Cardoso (área do trabalho) e pelo secretário João Santana (Previdência). (*Folha de S. Paulo*, 16 e 17/04/91)

População não apóia o Plano Collor 2

A grande maioria dos paulistanos — 81% — não acreditam mais no governo, e cerca de 62% consideram que sua situação financeira piorou depois do Plano Collor 2. Em maio do ano passado, 55% da população apoiava o primeiro Plano Collor. Hoje os otimistas são apenas os 10%. Foram estas as principais constatações de uma pesquisa divulgada pelo Instituto InformEstado, vinculado ao jornal O Estado de S. Paulo.

80% dos entrevistados acham que perderam poder de compra. Desse total, 66% já cortaram gastos com alimentação — 35% da população de baixa renda revela redução na compra de alimentos básicos como arroz e feijão. O desemprego é a preocupação atual de 80% dos trabalhadores, contra os 53% de fevereiro. Manter a saúde preocupa 80% dos entrevistados, a escola 75% e a alimentação 73%. (*O Estado de S. Paulo*, 14/04/91)

Eleitas as comissões do Congresso

Foram eleitos no dia 21/03 os presidentes e os vice-presidentes das 13 comissões da Câmara dos Deputados (Agricultura e Política Rural; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Redação; Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; Defesa Nacional; Economia, Indústria e Comércio; Educação, Cultura e Desporto; Finanças e Tributação; Minas e Energia; Relações Exteriores; Seguridade Social e Família; Trabalho, Administração e Serviço Público; Viação, Desenvolvimento Urbano e Interior). Os cargos foram divididos entre os partidos segundo o respectivo número de deputados. O PMDB elegeu 3 presidentes e 9 vice-presidentes (cada comissão tem três vices), o PFL 2 e 5. Os demais partidos (PRN, PDC, PDT, PSDB, PDS, PTB, PT e PL) tiveram uma presidência cada e um número de vice-presidentes variável de 2 (PT) a 5 (PDC). (*CEDI*, 15/04/91)

Empréstimo a usineiros poderá não sair

Os deputados de oposição conseguiram até agora impedir que o governo viabilizasse o refinanciamento a longo prazo das dívidas dos usineiros do açúcar. São 311 bilhões de cruzeiros que os usineiros devem ao Banco do Brasil, ao Tesouro nacional e à Receita federal. O projeto de refinanciamento tem a aprovação do presidente Collor, que ao longo de toda a sua carreira política foi sempre fiel aliado dos usineiros, mas enfrenta a oposição dos técnicos econômicos do governo e dos partidos de esquerda. Até a ministra da economia Zélia Cardoso de Melo tomou partido, afirmando que "o setor dos usineiros não vai ter mais subsídios". O colaborador da ministra João Maia afirmou que o projeto de refinanciamento é "apenas uma proposta técnica, ainda inconclusa, de renegociação caso a caso das dívidas". A polêmica continua aberta. (*CEDI*, 17/04/91)

Aconteceu

Publicação quinzenal do CEDI

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Editor: Carlos Alberto Ricardo • **Jornalista Responsável:** Magali do Nascimento Cunha (MTb 011.233) • **Editor de Arte:** Flávio Irala • **Editores Assistentes:** Beatriz de Moraes Vieira (Trabalhadores Rurais), Elie Ghanem (Educação Popular), Fany Ricardo (Povos Indígenas), Giancarlo Summa (Internacional), Magali do Nascimento Cunha (Igrejas), Marita Regina de Carvalho (Trabalhadores Urbanos), Paulo R. Schilling (Economia), Tony Gross (Meio Ambiente) • **Secretaria de Redação:** Beatriz Araújo Martins (RJ) e Vera Feitosa (SP) • **Documentação e Pesquisa:** Ângela Galvão e Paulo Tomsic • **Diagramação:** Marta Cerqueira Leite Guerra • **Paginação:** Alfredo Coelho • **Fotolitos e Impressão:** Tribuna da Imprensa/RJ

Assinaturas e correspondências devem ser encaminhadas ao CEDI:

Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-6713
Fax: (021) 242-8847

ou

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.400,00
Assinatura exterior: US\$ 50

Dívida externa: 'Collor comemora eufórico'

A *Gazeta Mercantil* (09/04/91) referiu-se à satisfação presidencial com o acordo para o pagamento dos juros da dívida externa, considerado uma "grande vitória" pelo governo.

Vejam a evolução do pensamento de Collor sobre o assunto. Como candidato, ele condicionava o pagamento dos serviços da dívida às necessidades do desenvolvimento do país. Eleito, continuou com a política do governo Sarney de suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados.

Posteriormente, com toda a cobertura publicitária que cerca os atos de seu governo, lançou seu plano de resgate da dívida, algo destinado a assombrar o mundo financeiro: pagamentos em até 40 anos dos débitos e dos juros vencidos. Como compensação, oferecia-se aos bancos credores a "securitização", ou seja, a troca dos títulos originais, emitidos pelos governos da ditadura sem anuência do Congresso (e que, conseqüentemente, não valem mais do que o papel em que estão impressos), por títulos novos, devidamente avalizados pelo Senado.

Como os bancos credores não se dignaram sequer a dar uma resposta ao plano presidencial, continuou o turismo do embaixador Dauster (o negociador da dívida), eventualmente secundado em Nova Iorque e em Paris pela ministra Zélia e pelo presidente do Banco Central.

Diminuem as exportações — Finalmente, o governo decidiu que somente pagaria os serviços da dívida

externa se houvesse superávit fiscal.

Enquanto isso, as condições para o pagamento dos juros pioravam cada vez mais. Com a política neoliberal do governo, especialmente com a abertura das fronteiras econômicas, o superávit da balança comercial, que em 1988 superara os 19 bilhões de dólares, ficou reduzido, em 1990, a 11 bilhões.

Sem haver pago um dólar sequer de juros aos bancos privados durante o ano passado, o déficit da balança de pagamento alcançou ao recorde US\$ 7,2 bilhões. E o estoque de divisas monetárias se manteve estacionário, entre 8 e 9 bilhões, praticamente dentro do limite mínimo estabelecido pelo Senado: o necessário para bancar as importações de quatro meses.

Pelo novo acordo, o Brasil terá que pagar US\$ 2,2 bilhões (um bilhão à vista, um bilhão durante o resto do ano, e 200 milhões de juros sobre os bônus emitidos) por conta dos juros atrasados. Além disso, conforme anteriormente acordado, deverá pagar trimestralmente 1/3 dos juros que vencem este ano, ou seja, um total entre 3,5 e 4 bilhões de juros aos bancos privados, *isso sem haver conseguido nenhum acordo sobre o pagamento da dívida em seu conjunto*. Dos diversos acordos de ajuste da dívida firmados por países latino-americanos com os bancos privados nos últimos tempos, o do Brasil é, de longe, o mais negativo.

Situação cambial dramática —

Considerando os compromissos a pagar ao Clube de Paris, Banco Mundial, FMI e ao BID; considerando o fato de que está cada vez mais difícil exportar — recessão mundial, quebra da safra agrícola brasileira como conseqüência da política agrícola do governo e a contrapropaganda feita por Collor (as "carroças"); considerando que a política cambial do governo inverteu o fluxo turístico: em 1989, superávit de 128 milhões de dólares, em 1990, déficit de US\$ 474 milhões; considerando que a entrada de capitais estrangeiros está reduzida praticamente a zero — os capitais internacionais estão sendo encaminhados em forma quase exclusiva aos EUA e ao leste europeu — pode-se prever uma dramática situação cambial para o país no corrente exercício.

Quanto às possibilidades de recursos internos para atender aos compromissos com a dívida externa, as perspectivas são ainda piores: para cumprir com a "política de ajuste" do FMI, as verbas destinadas à saúde, educação, subsídios à alimentação, habitação etc, já foram reduzidas a um mínimo catastrófico. O governo não aumenta o salário de seus servidores, não paga seus fornecedores e chega a lançar mão de recursos da Previdência Social para cobrir o déficit e simular superávit de caixa.

Resulta difícil entender, portanto, a euforia presidencial. (CEDI, 15/04/91)

Argentina: Moeda, US\$

Juan Domingo Perón tratou de dar dimensão continental à sua luta anti-imperialista com fundamento no ideário da "pátria grande" latino-americana: "El año 2000 nos encontrará unidos o dominados".

Pois, ironicamente, seria um partidário de Perón, eleito com os votos do peronismo, quem iria aplicar, de forma absoluta, as regras do neoliberalismo na Argentina. Isso, que para os peronistas "liberalismo" (econômico) era palavra.

A avalanche neoliberal chega ao extremo com a oficialização do dólar como moeda do país. Entre as características básicas do Estado soberano, destaca-se a emissão de sua moeda. Na Idade Média, os barões feudais, reconhecendo a autoridade do rei, pagavam ao mesmo tempo a "senhoriagem", ou seja, o privilégio pela cunhagem da moeda.

Ao adotar o dólar como moeda, a Argentina abdicou do direito de estabelecer suas políticas monetária e

cambial. Colocou as mesmas nas mãos do FED (o banco central norte-americano), que decide sobre as desvalorizações ou valorizações do signo monetário dos Estados Unidos. Ou seja, abriu mão de parte considerável de sua soberania. Transformou-se num grande Panamá: onde somente a moeda divisionária é nacional (o Balboa). E, por incrível que pareça, aqui no Brasil já proliferam os defensores da dolarização de nossa economia. (CEDI, 15/04/91)

SAE veta divulgação de mapas da Amazônia

A Sudam gastou 23 milhões de cruzeiros e mobilizou dezenas de técnicos durante vários meses na produção de quatro mapas temáticos sobre a vegetação, a geologia, a variação climática, os solos e o uso potencial dos recursos naturais da região legalmente posta sob sua jurisdição administrativa. Os mapas estão prontos, mas ficarão depositados em um escaninho burocrático à espera do "nihil obstat" — não propriamente canônico, mas de qualquer forma dogmático — da SAE, sucessora — e absorvedora — do CSN, do SNI e da Saden, os elos principais do que foi batizado outrora de "comunidade de informações".

Veto pré-cambriano — Os órgãos de segurança dos governos militares chegaram a vetar, nove anos atrás, um seminário científico sobre o pré-cambriano (uma das fases geológicas mais antigas do planeta), que se realizaria em Manaus. Suspeitavam que o árido tema serviria de pretexto para perigosos pesquisadores estrangeiros criticarem o regime por sua selvageria ecológica. A estranha associação de geologia e de subversão fez o País se expor a mais um vexame internacional, mas na época isso não importava tanto.

A síndrome estaria de volta? Algumas fontes oficiais dizem que a cassação branca dos mapas não passa de ciurmadia. A SAE foi incumbida pelo presidente Collor de transformar em realidade uma das mais mitificadas promessas que o governo brasileiro vem repetindo nos últimos 12 anos:

Collor visita serviço geográfico do Exército

Collor visitou o Centro de Cartografia Automatizada do Exército e o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica no dia 10 e autorizou uma ação conjunta do Ministério do Exército e da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência a fim de fazer o mapeamento cartográfico da Amazônia até meados de 1992. (CEDJ, 16/04/91)

fazer o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia. Todos os que se preocupam com a Amazônia reclamam da falta de régua e compasso para disciplinar, racionalizar e tornar auto-sustentável (além de mais rentável) o selvagem processo de ocupação da região.

Em 1979 o coronel Mário Andreazza, um dos símbolos do rodoviário, então ministro do Interior e postulante à Presidência da República, lançou festivamente um anteprojeto de lei que criaria o zoneamento e fincaria as bases de uma nova política de utilização das terras amazônicas. Ainda assim, o CSN reteve o projeto Andreazza e só o liberou com o expurgo de tudo o que parecesse contrário ao modelo de "desenvolvimento" acelerado que o governo patrocina na Amazônia desde a década de 60. Ou seja: tudo o que subordinava a expansão da atividade econômica ao respeito à ecologia foi para a lata de lixo. Desnaturado, o projeto morreu de inanição nos desvãos do Congresso Nacional.

Depois de retornar de seu giro presidencial pelo mundo, levando no

colete o nome do ecólogo Lutzenberger como proteção e senha contra os grupos ambientalistas de pressão, Collor anunciou que o zoneamento finalmente sairia das pranchetas ou do índice. Passou-se um ano e o que resultou de concreto foi o monopólio da SAE em assunto amazônico, um exclusivismo que seus antecessores (CSN, SNI e Saden) cultivaram com volúpia.

A SAE não teve qualquer constrangimento em expedir uma ordem à Sudam para sustar o lançamento dos mapas temáticos, simples ferramenta de trabalho para o conhecimento da Amazônia, na véspera do lançamento oficial dos produtos, elaborados pela Sudam e a FIBGE. Se a SAE foi designada para comandar tudo o que se refira a sensoriamento remoto e zoneamento, independentemente das competências técnicas específicas estabelecidas no organograma oficial, ao menos teoricamente a Sudam é o órgão federal número um em matéria de Amazônia, como diz a lei que a criou. Ou era, até a SAE — em circuito interno — recriar a lei à sua imagem e semelhança. (Lúcio Flávio Pinto, de Belém, 12/04/91)

Agrotóxicos matam 801 no País em quatro anos

De 1986 a 1989, 81.599 pessoas sofreram intoxicações com agrotóxicos. Desse total, mesmo com tratamento, 801 morreram e muitos ficaram impotentes ou contraíram câncer e pneumonia, entre outras doenças. Esses dados constam de levantamento do Ministério da Saúde que foi apresentado no dia 02 de abril na Reunião sobre Agrotóxicos, Saúde Humana e Ambiental no Brasil, realizada em Brasília.

O documento revela que o consumo de agrotóxicos apresentou crescimento surpreendente no País, atingindo o ponto mais alto em 1974, quando foram consumidos mais de cem mil toneladas do produto. Agora, mesmo com a redução no consumo, o Brasil continua sendo o país que mais usa agrotóxicos no mundo.

Os Ministérios da Saúde e da Agricultura, junto com o Ibama, anunciaram a criação de um grupo de coor-

denação das propostas dos três órgãos para reduzir o consumo de agrotóxicos no Brasil. Críticos do uso de agrotóxicos defendem a abertura de linhas de crédito aos agricultores que não utilizem produtos químicos e alegam que atualmente, ao conceder o financiamento agrícola, os bancos exigem que uma parte do empréstimo seja aplicada no uso de adubos químicos e pesticidas. (O Globo, 02/04/91 e Jornal da Tarde, 03/04/91)

Dia Nacional da Conservação do Solo, ou de Desertificação?

Deve-se comemorar a data de 15 de abril como o Dia Nacional da Conservação do Solo, como quer o Ministério da Agricultura? Segundo a Fundação IBGE, 25% da superfície do Brasil se encontra em fase de desertificação. Mais de um bilhão de toneladas de solo cultivável desaparece por ano. A quantidade de terra fértil perdida no estado de São Paulo equivale a US\$ 212 milhões por ano. Queimadas, desmatamentos, manejo inadequado do solo e dos recursos naturais estão entre os fatores responsáveis pelo desencadeamento do processo.

Não é só em regiões como o semi-árido nordestino que o processo vem aumentando. A degradação do solo atinge várias regiões do País, com as maiores perdas ocorrendo em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. No interior gaúcho, uma área de 1,3 milhão de hectares abrangem

do 14 municípios está virando deserto. Exemplos semelhantes existem em quase todos os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a origem do problema sempre está relacionada ao mau uso da terra. Em áreas de intenso cultivo de soja como, por exemplo, os cerrados do Triângulo Mineiro ou a região de Barreiros no sudoeste da Bahia, os agricultores estão percebendo a degradação do solo, com a queda da produtividade das lavouras. No vale do rio Paraíba do Sul (RJ), o desmatamento e a queima anual provocam um processo de desertificação nos municípios de Cambuci, Itaocara e São Fidelis. Na região nordestina existem focos de desertificação em todos os estados.

O assunto é tão sério que alguns cientistas defendem a tese, considerada polêmica por outros, de que este franco processo de desertificação po-

derá resultar na criação do 'Deserto Central Brasileiro'. Este deserto começaria no litoral do Ceará e Rio Grande do Norte e pegaria grandes extensões do Nordeste e do Centro-oeste. Seria o terceiro maior deserto do mundo, perdendo em extensão apenas para o Saara e o deserto da Arábia.

Os primeiros sintomas da perda da terra útil são manchas que se apresentam como feridas no solo, com vegetação no princípio escassa e logo inexistente. Na evolução do processo, as manchas aumentam e vão ocupando espaços cada vez maiores. Uma das características da desertificação é a autofagia: a partir de certo ponto ela passa a se alimentar dela mesma. Como o processo é lento e quase imperceptível, a opinião pública não se sensibiliza e a ação governamental é omissa. (CEDI, 16/04/91)

Preservar a Amazônia é 'idiotice', diz Mestrinho

O governador Gilberto Mestrinho (PMDB), disse, na posse de seu Secretário de Meio Ambiente no dia 09 de abril, que a preservação da Amazônia é "uma idiotice". Durante sua campanha, Mestrinho declarou que é "cientificamente comprovado" que a maioria das árvores da Amazônia estão bichadas e precisam ser derubadas. (CEDI, 15/04/91)

Entidades criticam militarização da política ambiental

Representantes de mais de 400 entidades não-governamentais, reunidas em São Paulo nos dias 5 e 6 de abril, aprovaram um documento analisando a política ambiental no primeiro ano do governo Collor e criticando sua militarização. O documento exige o afastamento da Secretaria de Assuntos Estratégicos e outros setores militares da Política Nacional de Meio Ambiente e reivindica a ampla participação da sociedade civil na política ambiental do País. (CEDI, 15/04/91)

Cólera: a volta de doenças medievais

No livro *O colapso da modernidade brasileira* (Paz e Terra), Cristóvão Buarque observa que 'quase 100 milhões de pessoas (no Brasil) vivem na pobreza. Destas, quase 60 milhões sobreviverem em condições de miséria, e nada menos do que 20 milhões em total indigência. A quase totalidade dessa população sofrerá de doenças abolidas em quase todo o mundo, lepra, dengue, esquistossomose, tuberculose, Chagas, e outras produzidas por falta de higiene, de atendimento médico ou do mínimo nutricional'. A confirmação pelas autoridades sanitárias em Tabatinga (AM) de que a epidemia de cólera que se alastra no Peru, já chegou em território brasileiro traz de volta o fantasma de uma doença medieval.

No Peru a doença já provocou a morte de 987 pessoas entre 142.522 casos registrados, numa prova eloquente da crise administrativa-ambiental da América Latina. Cólera, por ser transmitido via água contaminada por fezes humanas, é uma doença eminentemente ambiental, característica de condições precárias de higiene. Segundo a Organização Panamericana de

Saúde, no Brasil a epidemia vai afetar 2% da população e o total dos mortos poderá chegar a 2 mil.

Ameaça constante na Idade Média e no início do processo de industrialização e urbanização, o cólera foi abolido nos países desenvolvidos através de investimentos públicos em saúde preventiva e na qualidade da água. Nos últimos tempos a doença estava restrita ao Oriente Médio e à Ásia. Os últimos surtos no Brasil ocorreram em 1855 e 1893. Por quase um século, o Brasil conseguiu evitar a presença da doença, mais por sorte que por mérito. O Departamento Nacional de Vigilância Sanitária estima que cerca de 80% das doenças registradas no País tem sua origem na falta de saneamento básico e de água potável. Este quadro revela como será fácil a doença se espalhar pelo país, graças ao descaso dos governos das últimas décadas para com a saúde pública. Ao contrário de que se veicula abaixo do equador nos dias de hoje, modernidade não é carro importado nem cartão de crédito internacional, é água boa e saneamento básico para toda a população. (CEDI, 15/04/91)

Política Agrícola

O exemplo da seca no Sul

No mês de março, quando o governo Collor completava um ano, pequenos produtores e sem terra da região sul iniciaram uma série de mobilizações contra a política recessiva do governo e seus efeitos na agricultura. Sob o nome de "Salve a Agricultura", organizações como a CUT, a Contag, a Crab e o MST, entre outras — com apoio de setores urbanos e progressistas — têm encaminhado uma série de reivindicações, entre as quais condições de produção para os pequenos produtores: preços mínimos, linhas de crédito especial, juros compatíveis etc.

A reivindicação por crédito emergencial para os pequenos produtores

que tiveram suas safras prejudicadas pela seca que assola a região, indica as causas políticas de uma reivindicação "econômica". Vejamos. Em Arroio do Meio (RS), por exemplo, o pequeno produtor Hugo Hamms, assim como muitos outros, perdeu dois terços de sua safra de milho devido à seca. Como recuperar os investimentos feitos e garantir o sustento de sua família e a próxima safra? Não há um crédito especial para estas situações.

Como se não bastasse, a tendência neste semestre parece ser a de uma baixa nos preços dos produtos que estão sendo colhidos, como o milho, e que só deverão subir no segundo

semestre. Dessa forma, só aqueles produtores — geralmente grandes empresas agrícolas — que têm armazéns poderão estocar e se beneficiar da alta de preços.

Em suma, uma reivindicação "econômica" e conjuntural no fundo tem causas que só podem ser entendidas se prestarmos atenção no que tem sido a política agrícola (e agrária) do governo: em linhas gerais, ela tem procurado progressivamente excluir de seus beneficiários os pequenos produtores, selecionando e apoiando segmentos como os grandes produtores, as cooperativas etc. (CEDI, a partir do *Boletim do Deser*, fev/mar de 1991)

Ocupação e negociação no RS

O Incra anunciou que pretende comprar ainda no mês de abril cinco mil hectares de terras para assentamento, entre as quais estão os quase mil hectares da Fazenda São Pedro, que foi ocupada por cerca de 850 famílias sem terra no último dia 8, em Bagé (RS). O anúncio foi feito no dia 11 de abril pelo diretor de Assentamentos do Incra, Francisco Bruzzi, ao fim de uma reunião com os sem terra. Posteriormente, o Ministério da Agricultura anunciou a liberação de recursos para a compra de 6 mil ha de terra para assentamento no estado. Na ocupação, um sem terra morreu e 18 pessoas foram mantidas como reféns por 14 horas. (*Jornal do Brasil*, 12/04/91; *O Globo*, 15/04/91)

A ocupação da fazenda São Pedro, que recebeu destaque na grande imprensa, fornece um retrato atual da conjuntura em que têm se dado as lutas por terra e por Reforma Agrária, em particular no sul do país. Os confrontos têm sido cada vez mais constantes, inclusive, em alguns casos, com mortos e feridos.

Diante disto, observa-se a inoperância do governo federal, que teimosamente insiste em não negociar com os sem terra — o ministro Antonio Cabreira, por exemplo, transfere a questão para a alçada do Ministério da Justiça.

Por outro lado, o episódio em

questão e seu desfecho (negociações e decisão de compra de terras pelo governo), trouxeram para a cena pública da discussão sobre reforma agrária — obrigando-os a se posicionarem — deputados, secretários da administração estadual, prefeitos e mesmo a União Democrática Ruralista. A UDR tentou impedir que a fazenda São Pedro fosse comprada para fins de assentamento.

Desta forma, torna-se mais visível para os sem terra, nesta conjuntura, quem são seus opositores, assim como quais grupos podem ser estrategicamente acionados enquanto aliados. (CEDI, 15/04/1991)

Sem terra realizam ocupações em SC

Há meses aguardando a desapropriação de 10 mil hectares para o assentamento de 47 famílias de colonos acampadas em vários pontos de Santa Catarina, o Movimento dos Sem terra (MST) promoveu no dia 9 de abril a ocupação da delegacia do Incra em Florianópolis e de uma fazenda em Campos Novos, onde 130 famílias se instalaram na fazen-

da da empresa Demarco Argenta, no distrito de Monte Carlo, e tomaram como refém o funcionário do Incra Nilton Tadeu Garcia.

Representantes do MST reivindicam que o governo federal libere recursos para as desapropriações, e que abra linhas de crédito para os agricultores já assentados, que passam dificuldades devido ao prolongado perío-

do de seca. Por conta do refém, o Incra havia suspenso as negociações, que foram posteriormente reatadas através da deputada federal Lucy Choinasky (PT/SC). O refém foi liberado e fez-se um acordo onde ficou acertado o assentamento em 30 dias. (*Jornal do Brasil*, 10/04/91; *Folha de S. Paulo*, 12/04/91 e CEDI, 15/04/91)

Atingidos exigem solução para emergência em Tucuruí

Desde 1985, após a construção da barragem de Tucuruí (PA), os trabalhadores transferidos para a margem esquerda do lago sofrem as graves conseqüências da proliferação de insetos na região, especialmente o "mosquito azul" e uma mosca hematófaga conhecida localmente como "cabo verde", cujas picadas transmitem doenças.

Estudos de comissão contratada pela Eletronorte, revelaram que o criadouro primário dos mosquitos é

o lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

A partir de 1989 a situação tem-se agravado e em março de 1991, atendendo à reivindicação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Prefeitura visitou a região afetada, e constatando a "impossibilidade de sobrevivência destas comunidades" e a inviabilidade da "permanência de qualquer ser humano na área", decretou estado de emergência em Tucuruí.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucuruí e a Comissão de Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (Cathu) repudiam o descaso com que a Eletronorte tem tratado o problema e exigem que seja solucionada a questão das 1.500 famílias, assegurando-lhes a manutenção e outros encargos sociais até que a área se torne habitável e que elas possam retomar as suas atividades produtivas. (STR Tucuruí, STR Itupiranga e Cathu — março 1991)

Previdência: trabalhadores lutam por aposentadoria

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) apresentou, em 8 de abril, uma ação solicitando ao Supremo Tribunal Federal (STF) que fixe um prazo máximo de 45 dias para que o Congresso Nacional e a Previdência Social tomem as providências necessárias para o pagamento das aposentadorias no valor de um salário mínimo a todos os trabalhadores rurais com idade acima de 55 anos, no ca-

so das mulheres, e 60 anos, no caso dos homens, como exige a Constituição.

Liderados pelo presidente da Contag, Aluisio Carneiro, cerca de cem trabalhadores rurais foram recebidos pelo presidente do Supremo, ministro Aldir Passarinho, a quem pediram especial empenho no julgamento da ação.

Segundo o presidente da Contag, a medida deve beneficiar mais de 4

milhões de trabalhadores rurais. Conforme dados da confederação, cerca de 500 mil trabalhadores rurais recebem hoje, apenas 50% do valor total do salário mínimo, e 2 milhões de trabalhadores mulheres não recebem aposentadoria alguma, o que é inconstitucional. Além disso, há um milhão e meio de homens com idade entre 60 e 65 anos que já deveriam estar aposentados. (O Estado de S. Paulo, 06 e 09/04/91)

Sem terra em SP esperam assentamento

Aos 247 famílias que ocupavam parte os 5 mil hectares da fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema (SP), concordaram em deixar a fazenda e permanecer durante 20 dias acampadas em uma área de propriedade do Governo, à espera de um local definitivo para seu assentamento. As famílias foram retiradas por cerca de 350 policiais militares no dia 9 de abril. (O Globo, 10/04/91)

Mulheres denunciam violência em SE

Procurando dar continuidade à luta feminina no estado de SE, 150 mulheres reuniram-se em março no município de Propriá e elaboraram documento denunciando casos de violências na região do Baixo São Francisco, tais como: mortes de trabalhadores dentro dos canaviais e no sertão, maus tratos dos trabalhadores pelos patrões e pela polícia, crianças famintas e sem escola, jovens desempregados que são forçados a migrar. Mais especificamente, denunciaram

a violência praticada por policiais de Brejo Grande, que espancaram dona Luzinete, em fevereiro, dentro da Delegacia de Polícia da cidade. O fato causou especial indignação por se tratar de uma mulher doente, pobre, abandonada pelo marido, mãe de 2 filhos pequenos.

O documento exige das autoridades competentes que tomem as devidas providências para que fatos como este não se repitam. (CEDI, abril/91)

Encontro de bóias-frias em Ribeirão Preto

Realizou-se no dia 10/3/91, no Colégio Metodista em Ribeirão Preto (SP), um encontro de bóias-frias da cidade e do campo, com a participação de sindicatos urbanos, associações de moradores, movimentos populares e políticos da região.

Denunciando que as usinas da região exploram milhares de trabalhadores no corte da cana e na coleta da laranja, os bóias-frias reivindicam a aplicação integral do índice de inflação no período entre primeiro de maio 1990 (data base) a 30 de abril

de 1991, como forma de reposição das perdas salariais. Exigem também que o transporte seja feito através de ônibus e não por caminhão paude-arara ou adaptação de cabines. (João Luís Ferreira, Igreja Metodista de Vila Virginia, abril 1991)

Assembléia Geral da CNBB discute Evangelização

Os bispos católicos brasileiros de-finem de 10 a 19 de abril, os rumos da Igreja Católica no Brasil nos próximos quatro anos, a partir de uma discussão sobre sua "ação evangelizadora". Será a 29ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaiaci, no município de Indaiatuba (SP).

Os 305 bispos que participam da assembléia vão decidir sobre como a Igreja deve evangelizar. O crescimento das "seitas", os exemplos de permissividade moral apontados pela Igreja Católica na sociedade moderna, a miséria, a pobreza e o fim da utopia socialista têm influído na preocupação da igreja no Brasil em ressaltar sua "missão evangelizadora" e redefinir sua ação.

Auto-crítica — O documento "*Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*", com 40 páginas, foi elaborado pelo Instituto Nacional de Pastoral como "instrumento de trabalho" para discussão na Assembléia, após sugestões colhidas em dioceses de todo o país. Ele enfatiza a evangelização como missão da Igreja e a busca de um caminho de "unidade de ação pastoral".

O documento, com seus quatro capítulos — "*Evangelizar: a missão da Igreja*"; "*A quem Evangelizar*"; "*Como evangelizar*"; e "*Quem deve evangelizar*" —, faz uma auto-crítica do papel desempenhado pela instituição nos grandes centros urbanos. É aí que se dá o embate no qual a Igreja Católica tem perdido pontos — e adeptos — para outros movimentos religiosos, principalmente pentecostais como a Igreja Universal do Reino de Deus. Vencer o desafio, propõe o texto, depende de uma nova ação pastoral, que valorize a pessoa e sobretudo o trabalho do leigo como instrumento de evangelização.

Pluralismo é marca — Há visões divergentes no episcopado sobre as formas de evangelização. Há a corrente que defende maior abertura da igreja para o mundo, "evangelizando a partir da realidade". Outra acredita

Utilização de Frei Damião é criticada

A utilização da imagem de Frei Damião pelo presidente Fernando Collor de Mello, foi duramente criticada no primeiro dia da assembléia pelo bispo de Picos (PI), d. Augusto Rocha.

A campanha presidencial de Collor em 1989, chegou a ser qualificada por d. Augusto como uma "lamentável exploração dos símbolos da igreja contra o próprio povo".

"No caso de Frei Damião, a

situação é ainda mais lamentável porque ele não tem lucidez", disse o bispo de Picos, acrescentando que se tratou de uma desonestidade, pois a publicidade dada ao fato só serviu para enganar o povo.

O porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva, no mesmo dia divulgou uma nota criticando a denúncia de d. Augusto Rocha. (*O Globo*, 11/04/91)

que o declínio do catolicismo e o crescimento das "seitas", por exemplo devem-se a eventuais desvios da igreja de sua missão. Mas, para todo o episcopado, a "nova evangelização" é o caminho para a igreja voltar a crescer.

"Progressistas" e "conservadores" têm em comum a visão de que se deve levar em conta os "traços da modernidade" e as mudanças na sociedade brasileira, como se afirma no texto preparatório para discussão.

Governo Collor preocupa — Os passos dados pelo presidente Fernando Collor também são alvo da preocupação dos bispos, como retrata o texto-base.

A CNBB vê traços de autoritarismo na condução do Governo e entende que o objetivo do Presidente de elevar o país ao Primeiro Mundo não se fez até agora com políticas que visem solucionar os problemas do povo. Os bispos criticam o governo, assinalando, no texto, que "o empobrecimento do povo não é algo casual, mas fruto de omissões e de decisões políticas e econômicas".

No terreno social, a Igreja Católica promete aumentar ainda mais o seu engajamento nos movimentos populares. Além disso, renova o compromisso de colaborar "com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam o respeito dos direitos da pessoa humana e a promoção de uma representação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias".

Presidência "garantida" — Além de traçar as diretrizes pastorais para o quadriênio 1991-1994, a assembléia deverá eleger três membros para sua presidência; membros de comissões e delegado para o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, considerado o "homem da unidade", deve ser reeleito. A disputa entre "progressistas" e "conservadores" fica restrita à secretaria-geral ou à vice-presidência.

Os bispos discutirão ainda a visita do papa ao Brasil, o Congresso Eucarístico de Natal (RN), o crescimento das "seitas", educação e violência no campo. (*Folha de S. Paulo*, 08, 09, 10/04/91 e *O Globo*, 08/04/91)

Leia e assine *Aconteceu*

Movimento Ecumênico nos anos 90 é tema de debate

Um debate a partir da VII Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (Canberra, Austrália/1991) foi promovido pela Unidade Integrada de Projetos "Evangélicos no Brasil" do Instituto de Estudos da Religião (Iser).

Participaram do debate evangélicos brasileiros que estiveram presentes em Canberra: o bispo metodista Paulo Ayres Mattos, eleito para o Comitê Central do CMI; Marília Schuller, da Pastoral da Mulher do Centro Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebe); o pastor luterano Godofredo Boll, ex-secretário geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic); o pastor metodista Jorge Luiz Ferreira Domingues, ex-membro do Comitê Central do CMI e o teólogo Júlio de Santa Ana, secretário geral do

Centro Ecumênico de Estudos sobre Evangelização e Educação Popular (Cesep).

O debate apresentou uma avaliação da assembléia detectando os recuos da ação da atual administração do CMI, a partir de sua ênfase mais institucional e eclesiástica em detrimento dos compromissos do Conselho enquanto movimento.

Os depoimentos apontaram para uma avaliação negativa da assembléia, que teve poucos momentos de discussão, resumindo-se à apresentação de relatórios dos grupos de trabalho.

Um dos pontos mais positivos foi a eleição do novo Comitê Central (composto de 158 membros, cuja tarefa é reger a vida do CMI entre assembléias). Segundo os debatedores, sua

composição deu uma demonstração de maior atenção ao Terceiro Mando e aos países do Leste europeu (em especial aos ortodoxos), fortalecendo uma retomada do CMI como movimento, valorizando seu aspecto eclesial. O bispo Paulo Ayres está, inclusive, entre os dez integrantes que escolherão o novo secretário geral do CMI.

O pastor Godofredo Boll revelou que os rumos do movimento ecumênico brasileiro, especialmente no que diz respeito ao Conic, foram bastante afetados com a morte do presidente da entidade, o bispo metodista Isac Aço. Há uma grande preocupação com o nome que deverá ocupar o cargo, entregue provisoriamente ao vice-presidente, o bispo católico d. Sinésio Bohn. (CEDI, 12/04/91)

Luteranos divulgam protesto contra pena de morte

Num contundente manifesto, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), rejeitou a emenda pela pena de morte no país, proposta pelo deputado Amaral Neto (PDS-RJ).

O manifesto adverte que a sentença capital "é a mais definitiva admissão do fracasso da organização humana incapaz de atingir seus objetivos por outros meios".

O documento salienta ainda que sua adoção pode incorrer em graves distorções na sua aplicação e pode "servir à liquidação de adversários políticos, dando aparência de legalidade ao que, na verdade, é assassinato".

O manifesto da IECLB foi encaminhado às lideranças das bancadas no Congresso, pedindo a rejeição da emenda.

Para os luteranos, a pena de morte desvia a atenção das verdadeiras causas do crime no país, serve "ao heroico desejo de vingança" e estimula a "espiral da violência". (Jornal do Brasil, 15/04/91)

Igrejas e Política Partidária

Igreja Universal quer garantir TV Record

A Igreja Universal do Reino de Deus elegeu em outubro do ano passado quatro deputados federais. Todos eles em primeiro mandato, optaram pelo trabalho parlamentar na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicações da Câmara dos Deputados, onde são discutidas e aprovadas as concessões de rádio e TV no país. Sob o comando de Odenir Laprovita (PMDB-RJ), membro do Conselho de Administração da Rede Record, Aldir Cabral (PTB-RJ), Francisco Silva (PDC-RJ) e Alberto Haddad Filho (PRN-SP), todos têm uma missão estratégica: defender os interesses da igreja e da empresa.

No mês de março, Laprovita foi recebido em audiência pelo presidente Fernando Collor de Mello. "Não toquei no problema da TV Record", garante ele que, em compensação, ofereceu ao presidente o apoio no Congresso, não só dos evangélicos de sua igreja, como também de um grupo de nove deputados do Rio de Janeiro. O parlamentar, no entanto,

admite que este apoio "não é incondicional".

Ao conceder a audiência, o presidente Collor recebeu um sinal de que será recompensado. Na votação da emenda Nelson Jobim, que tentou restringir a edição de Medidas Provisórias, Laprovita e seus companheiros votaram com o governo, embora fosse do PMDB, justamente o partido que pretendia impor uma derrota maciça ao presidente. O deputado também está fechado com o governo em outras matérias, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço — questão acerca da qual seu partido ainda não tomou posição.

A Igreja Universal vem mobilizando esforços e investimentos, nos últimos anos, na formação de uma bancada parlamentar que influencie nas decisões — da aprovação de leis à concessão de emissoras de rádio e TV, pontas-de-lança decisivos na divulgação de sua "mensagem evangélica". (Jornal da Tarde, 08/04/91)

Mais um GTI para discutir a terra Yanomami

O presidente Fernando Collor, convocou uma reunião setorial, no dia 8 de abril, para discutir a questão indígena, da qual participaram vários ministros e secretários de Estado. Tiveram na pauta a questão das terras Yanomami. Apesar da expectativa do Secretário do Meio Ambiente de uma solução definitiva dessas terras, ela foi adiada novamente.

Goldemberg protela decisão —

Durante a reunião o ministro da Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, argumentou que não havia consenso nos estudos antropológicos da necessidade da terra contínua para os Yanomami e, juntamente com o Secretário de Assuntos Estratégicos, propôs a criação de um grupo interministerial com o objetivo de rever os estudos já realizados sobre a terra Yanomami e definir uma nova proposta de área indígena. Fazem parte desse grupo que será coordenado pelo Secretário de Assuntos Estratégicos, representantes dos ministérios do Exército, da Justiça, do Exterior, da Ciência e Tecnologia, da Aeronáutica, Gabinete Militar da Presidência, e das Secretarias de Assuntos Estratégicos e do Meio Ambiente.

O secretário José Lutzenberger que tem declarado que a demarcação das terras Yanomami em área contínua, é uma questão de honra da sua

participação neste governo, e que tem defendido a criação do Parque Yanomami, sofreu uma derrota política nesta reunião.

O grupo terá o prazo até o dia 19 de abril, Dia do Índio, para apresentar suas conclusões. Neste dia o presidente Collor pretende anunciar a solução para o caso Yanomami e descer a rampa do planalto com alguns líderes indígenas.

ABA desqualifica "antropólogo" —

O presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Roque Barros Laraia, enviou, no dia 12 de abril, uma carta para o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, com cópia para todos os membros do grupo que vai rever os estudos da terra Yanomami, com o seguinte teor: "Sabendo que essa Secretaria está representada no Grupo de Trabalho, designado pela Presidência da República, para uma definição do Parque Indígena Yanomami, a Associação Brasileira de Antropologia sente-se no dever de informar o seguinte: O relatório executado em atendimento a Portaria nº 006/88, da Funai, responsável pela decisão de dividir a Área Yanomami em 19 ilhas, não foi assinado por antropólogo qualificado e nem tem a competência de um parecer antropológico. Além disso, o grupo de trabalho constituído

por aquela Portaria era composto de seis membros e apenas dois assinaram o relatório. Pelo menos um não o fez por considerar o documento citado como um atentado contra os direitos Yanomami. A ABA, sociedade científica que representa os 800 antropólogos brasileiros, demonstra a sua preocupação com o futuro dos Yanomami e espera que seja corrigida a ação inconstitucional que subtraiu grande parte das terras pertencentes aos mesmos".

O "antropólogo" que o presidente da ABA se refere é o funcionário da Funai Célio Horst, que ocupa o cargo de "antropólogo" no órgão, e como tal coordenou o grupo de trabalho que fez o levantamento de dados da terra Yanomami. O grupo foi composto por seis pessoas: o sr. Horst, da Funai, como coordenador; um sargento, representante do CSN; um índio intérprete; um antropólogo representante do Mirad; um representante da Secretaria de Estado de Promoção do Desenvolvimento das Áreas de Fronteiras; e um representante do DSG/Exército. Porém, somente Horst e o representante da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, assinaram o relatório no dia 15 de março de 88. (CEDI, 15/04/91)

Paranóia governamental

A respeito da terra contínua para os Yanomami, destacamos duas perguntas feitas pelo *Jornal de Brasília* no dia 31 de março passado em entrevista do Ministro Jarbas Passarinho:

JBr — O prof. Lutzenberger, defendeu em Genebra, a revogação do decreto do ex-presidente Sarney que cria as 19 ilhas no território Yanomami. Existe algum estudo sobre isso?

Jarbas Passarinho — Não existe definição sobre esse desejo, que inclusive a CNBB defende, de fazer a circunscrição dessas 19 ilhas em um único território. Mas o governo de Roraima luta, violentamente contra isso, porque, diz, seria um encla-

ve, quase uma nação dentro de um território que ultrapassa em um terço, o Estado de Roraima, justamente na área mais disputada, rica em minérios.

JBr — Acabar com as 19 ilhas é algo muito difícil então?

Jarbas Passarinho — É. É algo muito difícil. Existe inclusive, a tese de que o ex-presidente Sarney teria isolado a área porque apesar de ser um mesmo povo Yanomami, contem tribos diferenciadas nas 19 ilhas. E, ao mesmo tempo, se nota que o mesmo povo Yanomami encontra-se na fronteira com a Venezuela. Então o argumento, que se usa para combater

essa tese — e que não é o meu —, é que se acaba fazendo uma nação com enclaves, como a nação basca, entre a Espanha e a França.

Terras Indígenas no Brasil (CEDI/PETI)

Análises, listagens das terras, mapas e quadros.

Publicação do CEDI.

Faça seu pedido pelo correio:

CEDI — Setor de Distribuição

Av. Higienópolis, 983

01238 — São Paulo — SP

Krenakore matam um peão

A Polícia Federal que foi ao Parque do Xingu para verificar a denúncia de que os índios Krenakore tinham matado quatro pescadores, chegou à conclusão que apenas um foi morto, pois foi encontrado apenas um corpo, o de Jurandy de Oliveira Ramos em estado adiantado de decomposição, boiando no rio Maniaçu-Miçu, no dia 9 de abril.

O local onde ocorreu o incidente é entre Jurandy, que cuidava da Fazenda Saudade, e os quatro Krenakore, a cerca de 60 quilômetros da área núcleo da reserva indígena no município de Marcelândia. Segundo o relato dos índios, houve a necessidade de caçar em função de uma festa que estavam realizando nesse período em homenagem a uma criança da aldeia.

A região onde os Krenakore moram há um ano e meio, dentro do Parque do Xingu, segundo eles, já não tem caça em abundância, e por isso foram procurá-la um pouco mais

longe. Ao chegarem à fazenda do latifúndio Ibiacaba Agropastoril Ltda, de Alberto Rezek, foram recebidos à tiros por quatro homens. Esta versão, segundo a polícia, é pouco provável de ter realmente acontecido, tendo em vista que apenas uma arma de fogo foi encontrada, e se fossem quatro pessoas na fazenda, provavelmente haveria mais.

Todos os objetos de valor da Fazenda foram apreendidos pelos índios como bens de guerra, pois é dessa forma que interpretam o ocorrido no local. Eles levaram para a aldeia o único barco, o motor, a espingarda calibre 20, uma motosserra, um facão, quatro cartuchos e um rádio transceptor.

A arma foi apreendida pela PF na abertura do inquérito, e os demais bens estão com o administrador do Parque Indígena do Xingu.

O delegado da PF José Herman Normando Almeida foi com sua equipe de policiais para a área. Os poli-

ciais encontraram os índios quase sem alimentos ou qualquer assistência por parte do órgão responsável pela política indigenista no país. (*Correio Braziliense*, 12/04/91)

Os primeiros contatos dos Krenakore foram realizados pelos irmãos Villas Boas, em fevereiro de 1973, porque a rodovia Cuiabá/Santarém ia cortar o território da tribo. Dos 150 "índios gigantes" como eram chamados antes do contato, apenas 79 chegaram ao Parque do Xingu, magros, doentes e tristes. A transferência foi sugerida pelos Villas Boas, para tentar salva-los da situação de contato com a estrada que levou a doença e a morte aos restantes. Hoje, após quatro transferências dentro do Parque, 122 Krenakore vivem às margens do rio Arraia, afluente do médio rio Xingu. (CEDI, 15/04/91)

STF contra município em terra indígena

O STF, por unanimidade, concedeu liminar suspendendo a eficácia do art. 48 da Constituição do Maranhão, que criou 83 municípios, dentro dos quais o São Pedro dos Cacetes, cuja sede e área estão dentro da reserva indígena Canabrava dos Guajajaras. (*Correio Braziliense*, 04/04/91)

Cimi faz balanço de violência contra índios

Um levantamento realizado pelo Cimi, órgão oficial da CNBB, registrou 13 assassinatos de índios no decorrer do ano passado. Pelo menos morreram de algum surto de epidemia e outros 31 suicidaram-se. Os dados constam de pesquisa elaborada anualmente pela instituição sobre a violência praticada contra os povos indígenas no Brasil. O levantamento registra que a violência ocorrida em 1990 cresceu em relação a 1989. (*Correio Braziliense*, 02/04/91)

Festa da descoberta insulta indígenas

O jornal *O Globo* noticiou no dia 30 de março passado, que representantes de diversas tribos indígenas do Canadá, Estados Unidos e Argentina, reuniram-se em Oakland, nas imediações de São Francisco, Califórnia, onde consideraram um insulto para seus povos, os festejos programados para outubro de 92,

destinados a comemorar o quinto aniversário do descobrimento da América.

Para eles, o desembarque de Cristóvão Colombo no continente significou tão somente o início do genocídio e da política colonialista européia no hemisfério ocidental. (*CEDI*, 11/04/91)

Justiça impede depredação em reserva

Os índios Guajajaras e Guajás que estavam sendo ameaçados pelos fazendeiros Moacir Pereira da Costa e Gino de Sá Alves, foram beneficiados pela Justiça Federal, que concedeu liminar favorável à ação civil pública da Procuradoria da República, no Maranhão.

Os fazendeiros estavam invadindo a Área Indígena Caru, situada no município de Bom Jardim e a medida vai assegurar a não depredação dos 172,6 mil hectares da área indígena.

A Procuradoria da República, através do procurador Fernando Antonio Negreiros Lima, já havia embargado obras dos fazendeiros na área. Dessa vez, a denúncia foi feita pela delegacia Regional da Funai, em São Luís, a partir da apreensão feita recentemente pela receita Federal de grande quantidade de madeiras, motosserras e equipamentos usados para a construção de residências provisórias dos fazendeiros dentro da área indígena. (*Correio Braziliense*, 04/04/91)

Metalúrgicos do ABC em greve

Empresários e trabalhadores acertaram em suas previsões. Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, São Caetano e Santo André cruzam os braços por tempo indeterminado. Cinco mil trabalhadores em São Bernardo, 1,5 mil em Santo André e três mil em São Caetano decidiram em assembléia, dar início à primeira greve geral da categoria em um ano de governo Collor. A decisão só veio ratificar o baixo astral que se instalou entre patrões e empregados.

Com data-base em primeiro de

abril, os metalúrgicos reivindicam um reajuste de 216%. A contraproposta de 89,75% feita pelos representantes das treze mil empresas que formam o grupo 19 da Fiesp, apesar de 52% superior ao previsto pela política salarial, foi rejeitada pelos metalúrgicos. Também foram aprovadas as estratégias de paralisação que vão desde o "efeito dominó" (que pára fábrica por fábrica até que todas sejam atingidas) até paralisações de setores-chaves dentro das empresas. (*Jornal do Brasil*, 14/04/91)

Momento econômico favorece greves

As principais lideranças sindicais brasileiras avaliam que o atual momento econômico favorece o movimento de trabalhadores e a deflagração de greves.

Os sindicatos estão baseando suas estratégias de ação no fato de que o *Plano Collor 2* acentuou as defasagens salariais, as empresas trabalham atualmente com o menor quadro de empregados possível e a economia dá sinais de recuperação. O país já chegou ao fundo do poço e as empresas não têm mais quem demitir.

Segundo levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), nos três primeiros meses deste ano foram cortados 120.690 postos de trabalho no Estado. Em 12 meses, são 285.131 demissões.

Ao levar em consideração que a economia dá sinais de recuperação, os sindicatos lutam por reajustes salariais com mais empenho. Na região de Osasco, por exemplo, houve mais paralisações em abril do que em todo o mês de março. (*Folha de S. Paulo*, 14/04/91)

CUT e metalúrgicos debatem indústria bélica

Realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de abril um encontro para debater a situação da indústria bélica brasileira e desenvolver um programa de atividades para os sindicatos do setor. O encontro foi coordenado pelo Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT (DNM/CUT) e contou com a assessoria do CEDI.

Estiveram presentes os sindicatos metalúrgicos de São José dos Campos, Lorena (SP), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ); o Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e o Sindicato dos Químicos do ABC.

Os sindicalistas presentes concluíram pela necessidade do movimento sindical construir uma política articulada para os trabalhadores das indús-

trias de armamentos e equipamentos para fins militares, inclusive da área nuclear.

O DNM/CUT decidiu incorporar à sua estrutura um grupo de trabalho, com representação de vários sindicatos, para elaborar e executar uma série de atividades com o objetivo de unificar as reivindicações e propostas dos trabalhadores do setor. Neste sentido, serão implementados: um banco de dados, uma política de formação sindical, uma política de cooperação com sindicatos de outros países, um boletim informativo, pesquisas setoriais e o desenvolvimento da proposta de diversificação e reconversão da indústria bélica para o setor civil. (*CEDI*, 15/04/91)

Fórum indica necessidade de renovação

O sindicalismo brasileiro está passando por uma fase de renovação e ampliação de seu poder político. A classe operária está deixando de ter a hegemonia do movimento sindical em favor de segmentos de assalariados da classe média fortemente organizados. O futuro dessa renovação passa pela revisão da atual legislação sindical, de forma a permitir maior pluralismo e liberdade de associação. Foram as conclusões a que chegou o Fórum Internacional sobre Sindicalismo (Laborint 91), organizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos que contou com a participação de 37 conferencistas de 16 países do continente americano e europeu. Os temas abordados foram: Livre Negociação e Arbitragem; Reformulação Política Partidária e o Movimento Sindical; Automação e Sindicalismo; e, As relações de trabalho e emprego no Cone Sul. (*Gazeta Mercantil*, 15/04/91)

Ministro argentino defende novas legislações trabalhistas

"O processo de integração dos países do Cone Sul rumo à formação de um mercado comum deverá implicar necessariamente uma mudança das leis que regem as relações de trabalho nesses países. Essa mudança deverá ser convergente, de modo facilitar o trânsito da mão-de-obra entre esses países, e modernizar, respondendo com agilidade às transformações nas estruturas de produção cada vez mais frequentes". O autor dessas afirmações é o ministro do Trabalho da Argentina, Rodolfo Díaz que participou do Laborint 91. "Hoje temos vários protocolos de intercâmbio entre Brasil e Argentina em que a questão da mudança convergente das legislações trabalhistas já está incorporada como tema, mas o assunto continua apenas no papel. No meio sindical essa discussão praticamente inexistente." (*Gazeta Mercantil* 10/04/91)

Medeiros articula substituição de Magri

A luta pelo controle dos 12 mil sindicatos brasileiros de trabalhadores ganhou esta semana uma nova rincheira. O líder da Força Sindical (FS), Luiz Antonio de Medeiros, abriu fogo contra seu antigo aliado a CGT e agora rival, o ministro do Trabalho, Antonio Rogerio Magri. Em dois jantares em Brasília e em uma reunião de sindicalistas em São Paulo, dirigentes e assessores da Força Sindical começaram a articular a substituição de Magri, o ministério, pelo deputado e líder

do PRN na Câmara, Arnaldo Faria de Sá.

Magri soube da articulação por meio de um telefonema do próprio Arnaldo Faria de Sá. "Acho bom você tentar uma recomposição com o Medeiros", aconselhou o deputado. Era uma referência aos atritos cada vez mais constantes entre o sindicalista e o ministro. Esses desentendimentos envolvem, numa ponta, o assessor especial de Magri, Alufzio Azevedo, que já foi um elo entre os dois, e a criação de novos

sindicatos pela Força Sindical, que estaria sendo dificultada pelo ministério.

Faria de Sá foi procurado por uma comitiva de sindicalistas da FS, que incluía portuários e gráficos. Medeiros não foi, mas encontrou-se com o grupo à noite, em um jantar para o qual o deputado foi convidado mas preferiu não comparecer. A FS avalia que Magri esgotou seu tempo como ministro, devido ao desgaste com o escândalo da Previdência. (*O Estado de São Paulo*, 13/04/91)

Magri reencontra seu mestre da CIA

Quando foi aberto o Fórum Municipal sobre Sindicalismo, no último dia 9, reunindo conferencistas de 16 países, no Palácio de Convenções Anhembi, em São Paulo, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Antonio Rogerio Magri, encontrou depois de 28 anos seu mestre em "sindicalismo pró-capitalista e conservador", o norte-americano William Doherty.

Magri sentou-se à mesa de debates como um político e líder sindical desgastado, justamente num governo conservador.

O aluno é que não aprendeu direito. William Doherty, um agente da CIA que formou lideranças sindicais que ajudariam a desestabilizar o governo João Goulart em 1964, continua como principal representante da mais poderosa central sindical

dos Estados Unidos, a American Federation of Labor & Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO).

No Brasil, Doherty foi o idealizador do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), criado em 1963 para neutralizar os líderes que acreditavam na luta de classes e presidido por Magri ao longo dos anos 80. (*Jornal do Brasil*, 09/04/91)

Governo propõe gatilho salarial e livre negociação

Em projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, o governo propõe incorporação ao salário mínimo, a partir de 1º de setembro, do abono de R\$ 3.000,00 concedido pela atual Lei 8178, que estabelece regras para reajustes e salários; fixa reajuste semiautomático pela variação da cesta básica nos meses de setembro e março e concede um aumento real de 10% em dezembro e junho. O projeto de lei cria ainda um ga-

gatilho que reajustará o salário mínimo cada vez que a inflação, medida pela cesta básica, superar 33,1% no trimestre — o que equivale à média de 10% ao mês.

A parte do projeto que prevê a livre negociação e a organização sindical cria a figura do árbitro e a do mediador. Por esta proposta, é estimulada a negociação direta entre patrões e empregados deixando a Justiça do Trabalho como alterna-

tiva derradeira para resolver impasses na negociação.

Na parte de organização sindical, o projeto altera vários artigos da CLT. Com essas mudanças, o governo pretende reduzir a participação do Estado na organização sindical, deixando para a Justiça comum o encargo de resolver conflitos entre sindicatos, federações e demais entidades. (*O Globo*, 15/04/91); (*O Estado de São Paulo*, 16/04/91)

Erramos

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco não é filiado ao CUT como foi citado em matéria do Aconteceu 563 Trabalhadores Urbanos p. 12. (Nota do editor)

Leia e assine
Aconteceu

São Paulo faz congresso de alfabetização

Convocado pela Comissão Estadual do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), o 1º Congresso Paulista do PNAC realizou-se em São Paulo, em 9 de abril. Os 450 inscritos representavam 210 municípios, diversas delegacias da secretaria estadual de Educação, entidades filantrópicas, movimentos populares e organizações de apoio.

O documento aprovado no evento levanta alguns números preocupantes. Apesar de ser o "estado mais rico da federação", São Paulo concentra 1/5 da população brasileira, cerca de 33 milhões, dos quais 24 milhões têm 10 anos ou mais. Desses,

11% podem ser considerados "analfabetos absolutos" e 20% estão na categoria de "analfabetos funcionais", o que dá 7,5 milhões de pessoas.

Para encarar esse problema, o estado conta com um grande número de iniciativas, tanto da esfera estadual como dos municípios e de organismos da sociedade civil. Conforme o documento aprovado, "embora desarticuladas, essas ações configuram desde já um enorme potencial para um programa de alfabetização", necessitando ser articuladas, ampliadas e melhoradas. Um grande problema, na opinião de muitos participantes, é a falta de recursos para as iniciati-

vas em curso, além da dificuldade de visibilizar, na atual gestão do MEC, o montante de recursos e os critérios que serão usados no seu processo.

Isso aparece, por exemplo, nas exposições feitas no congresso, enfatizando a necessidade de o ministério oferecer informações sobre os recursos efetivamente disponíveis para implementação do PNAC nos estados, mais do que isso, lhes seja dado o poder de apreciar os projetos apoiá-los ou não, segundo critérios estabelecidos em bases democráticas e objetivas. (Orlando Joia/CEI 16/04/91)

Sociedade não conhece critérios do MEC para distribuir recursos

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, tem mantido sob seu controle as verbas federais para o setor, gerenciadas por pessoa de sua confiança no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O ministro dá seqüência à já histórica presença do PFL no MEC e tem distribuído recursos para estados e municípios em todo o país, sem contudo serem de amplo conhecimento os critérios que norteiam a repartição das verbas. O grupo dos alagoanos no ministério, representado pelo secretário-geral, José Luitgard e por Ledja Austrilino, secretária de ensino básico, disputa as prerrogativas de dispor das verbas. Ledja, aliás, é responsável direta pela implantação do Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), mas a liberação de recursos para projetos de alfabetização tem sido conduzida por Chiarelli.

Somente em abril deste ano, a imprensa noticiou pelo menos cinco projetos de alfabetização contemplados com dinheiro do FNDE e com o prestígio das autoridades federais. Na reunião setorial sobre educação, dia 9, no Palácio do Planalto, o presidente

Collor aprovou o montante de Cr\$ 1,5 bilhão para um programa de teleeducação, que iniciará em agosto. É um curso via satélite de seis meses, para 600 professores leigos e 600 estudantes de 2º grau (magistério), em seis estados: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, terra natal do ministro. O grande mentor da idéia foi João Carlos Di Gênio — dono do Centro de Ensino Objetivo, o maior grupo privado de ensino do país — que participou do Grupo Interministerial de Trabalho para ajudar na definição da utilização do satélite Brasilsat para projetos educacionais.

Dia 5, Collor abriu o Programa de Alfabetização de Operários da Construção Civil, assinado por Chiarelli, com visita ao canteiro de obras da futura sede do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. O programa prevê a alfabetização de 150 mil trabalhadores em seis meses, em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Amazonas e, também, Rio Grande do Sul. Custará Cr\$ 120 milhões, que não serão dados pelas empresas, mas pelo poder público.

No mesmo dia, Chiarelli realizou aula inaugural de curso semelhante destinado a operários da construção civil da região metropolitana de Belo Horizonte, articulado pela Associação dos Professores Públicos (APPM) com cerca de dez organismos, convocação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) à Federação das Indústrias (Fiemg). Não foram divulgados custos.

Para a criação de "Oficinas de Alfabetização" pela Universidade Regional de Blumenau (SC) em 20 municípios, foram destinados Cr\$ 115 milhões. Os 20 mil templos Assembléia de Deus, espalhados em todo o país, receberão também os cursos técnicos e financeiros para sua integração no PNAC. A estimativa do pastor e deputado federal Bedito Domingos (PTR) é a de que em um ano serão alfabetizados cerca de três milhões de brasileiros. Chiarelli não mencionou a quantia que destinará, disse apenas que "onde houver pessoas alfabetizáveis nós estaremos presentes". Mas parece que as verbas só o acompanharão para certos lugares, que só o ministro conhece. (CEDI, 16/04/91)

Câmara Federal apura desvios no FNDE

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, deverá ser convocado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara para prestar esclarecimentos sobre a arrecadação e distribuição do salário-educação, que denúncias indicam a ponta de um iceberg talvez maior que o das fraudes na Previdência Social.

A iniciativa partiu do deputado Carlos Alberto Lupi (PDT) que garante tratar-se de um rombo de mais de um bilhão de dólares. Ele quer informações sobre a sonegação do pagamento do salário-educação por parte das empresas privadas, cumplicidade da rede particular de ensino no fornecimento de bolsas de estudo fantasmas e retenção indevida ou desvio de verba pelo ministério de Chiarelli.

Lupi quer explicações também sobre os critérios adotados por Chiarelli para repassar o dinheiro para os estados. Sabe, por exemplo, que no ano passado o ministério repassou 6% da verba para seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, 4% para o reduto eleitoral do presidente Collor, Alagoas, e apenas 0,5% para as demais unidades da federação. (Fátima Xavier/Correio Braziliense, 06/04/91)

Crise financeira se agrava nos estados

Faz um mês que os novos governadores tomaram posse e muitos deles se ocuparam quase que exclusivamente com dificuldades de caixa. No estado do Paraná, o governo aliviou um pouco o sufoco, encaminhando à Assembléia Legislativa pedido de suplementação orçamentária de Cr\$ 2 bilhões e 167 milhões para a secretaria de Educação. Esses recursos são da quota-parte do salário-educação, apurado no exercício de 1990.

Em São Paulo, depois de 5 meses, o governo pagou em dia o funcionalismo. Com os salários congelados desde dezembro, recebeu aumento de 11%, o que para João Felício, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), "parece brincadeira". Fleury conseguiu rolar a dívida mobiliária do estado junto à ministra Zélia Cardoso, mas suas medidas foram basicamente de contenção de despesas. Com o aumento, 88,97% do ICMS (principal fonte de receita tributária, Cr\$ 123,7 bilhões em março passado) serão consumidos na folha dos servidores. Com isso, o discurso de campanha de valorização do professorado está longe de se tornar realidade.

Pedro Pedrossian, governador do estado de Mato Grosso do Sul, colocou em dia os salários dos servidores, que não recebiam desde dezembro.

Antes de tomar posse, teve que assumir o compromisso de fazer os pagamentos, pois os servidores haviam ocupado o palácio do governo. Porém, a crise continua: mais de 1000 alunos estudam no chão e em salas improvisadas, por falta de carteiras e vagas.

Em Minas Gerais, o governador Hélio Garcia contou com ajuda federal de Cr\$ 40 bilhões para o pagamento do funcionalismo, porém a Secretaria da Fazenda ainda não sabe se fará os pagamentos.

Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, diante da crise da educação no estado — 1,8 mil escolas (das 4,7 mil da rede) estão desativadas —, passou este primeiro mês pregando a moralização e acusando Nilo Coelho, que o antecedeu.

Bem diversa, porém, é a situação de Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, que vem sendo agraciado com verbas generosas do Ministério da Educação. Os Cr\$ 5 bilhões e 399 milhões, referentes à terceira cota do salário-educação, foram liberados para merenda e recuperação de escolas. O governo federal resolveu ainda participar, com Cr\$ 45 bilhões, do projeto de construção de Cieps do governo Leonel Brizola, até a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92). (Carlos Coelho/CE-DEI, 16/04/91)

Merenda escolar é alvo de maracutaiais

Em que pese a precaríssima situação da nutrição dos brasileiros, programas compensatórios como o da merenda escolar têm se prestado à incompetência administrativa, malversação de recursos públicos e a enriquecimento ilícito. São alvo, enfim, de muitas maracutaiais. No início de abril, o secretário de Educação do Paraná, Elias Abraão, já alertava que iria faltar merenda em todas as escolas do estado a partir do dia 15, devendo prosseguir por pelo menos 60 dias. Cerca de 1,8 milhão de alunos

deixarão de receber, como deveriam, 27 mil toneladas de alimentos porque a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão do MEC, não formalizou os processos necessários para a expedição.

Prefeitos do Rio de Janeiro são suspeitos de desviar para aplicações no mercado financeiro a verba repassada para a compra da merenda escolar. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada para apurar o desvio, uma vez que, em Magé, por exemplo, a merenda só che-

gou às escolas a partir de julho, mas o dinheiro foi liberado normalmente durante todo o ano passado.

Em PE, o ex-coordenador geral da Merenda Escolar, Néelson Correia, denunciou um verdadeiro cartel de 11 empresas que monopoliza o fornecimento de alimentos do programa de alimentação da FAE, numa transação que envolve Cr\$ 1 bilhão, vendendo produtos "pré-preparados" de qualidade inferior e preços mais elevados que o de alimentos regionais básicos. (CEDI, 16/04/91)

Tropas iraquianas massacram rebeldes e civis curdos

A população de etnia curda do Iraque está sendo exterminada pelas tropas fiéis ao ditador Saddam Hussein, depois de ter sido derrotada no levante começado logo após o fim da guerra do Golfo. Estimulados pela derrota de Saddam e pela conclamação dos aliados à sua derrubada, os curdos, que no Iraque constituem uma minoria de 5 milhões de pessoas, pegaram em armas contra o regime de Bagdá. Por alguns dias, chegaram a controlar as principais cidades da região onde vivem — no norte do país — mas não tiveram como resistir ao poder de fogo infinitamente superior da máquina de guerra iraquiana — que, mesmo mutilada, não pode ser comparada aos guerrilheiros armados apenas

de metralhadoras. Como já aconteceu anos atrás, o exército iraquiano usou armas químicas contra os curdos, ao contrário do que fez contra as tropas aliadas na guerra do Golfo.

Vencidos, os curdos começaram a fugir rumo às relativamente próximas fronteiras da Turquia e do Irã, procurando abrigo. Mais de um milhão de refugiados — a maioria mulheres, crianças e idosos — subiram pelas geladas montanhas da região, formando uma enorme caravana humana, sem alimentos e agasalhos, embaixo de bombardeios contínuos. Os que tiveram sorte conseguiram sair do Iraque, mas milhares morreram no caminho. Os países ocidentais — em primeiro lugar os EUA — que

pediram aos curdos que se rebelassem contra Saddam Hussein, não fizeram nada para impedir o massacre. Como ficou claro, o verdadeiro interesse dos EUA não era um levante dos curdos ou dos xiitas do sul do país — que também se sublevaram e foram esmagados pelas tropas de Saddam — e sim estimular um golpe palaciano que trocasse o ditador por um regime filo-americano. O presidente Bush, que não poupou o uso das palavras “democracia” e “direitos humanos” para justificar a guerra contra o Iraque, alegou, nesta ocasião que fazer qualquer coisa para impedir o massacre dos curdos seria uma “ingerência” nos assuntos internos de um outro país. (VEJA, 17/4/91)

Washington força a militarização da luta contra os narcotraficantes

Os EUA continuam forçando a “militarização” da luta antidrogas. Mais instrutores militares norte-americanos chegaram à Bolívia no início de abril. O Plano Bush de combate à coca nos Andes, conhecido como “iniciativa andina”, contém cláusulas secretas autorizando o envio de tropas à Bolívia, Colômbia e Peru. Elas podem até entrar em operações diretas.

A partir de 86, quando o narcotráfico foi definido como “ameaça à segurança nacional” nos EUA, instalou-se no governo norte-americano a idéia de guerra. Como alvos principais, os países andinos. Fala-se numa “estratégia andina”, imaginada pelo general Brent Scowcroft, assessor de Segurança Nacional de Bush.

O general junta, como inimigos a guerrear, traficantes e guerrilheiros que operam na Colômbia e Peru, e podem passar à Bolívia.

Surge o “narcoterrorismo” expressão lançada por um ex-embaixador dos Estados Unidos na Colômbia, Lewis Tambs, militante do ultraconservadorismo. Uma “diretriz” secreta do presidente Bush fala da necessidade de “novas regras”. Quer intensificar a guerra, abrindo mais espaço a “eventuais” intervenções militares dos Estados Unidos. Um novo inimigo (antes o alvo eram só os comunistas) é criado. Aparecem novas doutrinas. O narcotráfico assume caráter político e revolucionário. Ou subversivo.

Em 86, o Departamento de Estado norte americano incluiu os traficantes entre os “inimigos da democracia”. Um ano depois exércitos latino-americanos decidiram “coordenar estratégias e ações” antidrogas. Conclusão de que “a relação entre droga e subversão, resultante do narcoterrorismo, é agora parte do confronto Leste-Oeste”. Para os EUA, a droga constitui um “meio de guerra revolucionária” já que “o comunismo usa o narcoterrorismo para provocar desequilíbrios sociais, abater a moral comunitária e desintegrar a sociedade ocidental”. Agora, no lugar de guerra ao comunismo, guerra à coca. (Newton Carlos, Folha de S.Paulo, 07/04/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL